



# Resumo dos Relatórios das Representações CNC

Nº 122, Outubro de 2017

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

*Presidente*

Antonio Oliveira Santos

*Chefe do Gabinete da Presidência*

Lenoura Schmidt

*Chefe da Assessoria de Gestão das Representações*

Wany Liete Pasquarelli

*Equipe*

Cássia Marques

Cristiane Soares

Cristiano Costa

Eribelton Lima

José da Silva

Juliane Alves

Oscar Nóbrega

Tels.: (61) 3329-9539/66/47/81/40

Fax: (61) 3329-8292

E-mail: agr@cnc.org.br

www.cnc.org.br

*Design gráfico*

Assessoria de Comunicação

*Revisão*

Alessandra Volkert

Publicação Mensal

---

Brasília

SBN Quadra 1 Bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar

Edifício Confederação Nacional do Comércio

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500

E-mail: cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9200

Fax: (21) 2544-9279

E-mail: cncrj@cnc.org.br

www.cnc.org.br



## **Veja nesta edição**

Comissários da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) participam de treinamento para implantação do novo Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic).

**Página 7**

2ª Plenária/2017 do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP) e cerimônia em comemoração ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa.

**Página 9**

Comitê Investimento, Financiamento e Crédito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP) coordenado pela CNC é destaque na 2ª Plenária do FPMEPP.

**Página 11**

Conselheiros discutem na Reunião do Conselho Curador da Fundacentro a inviabilidade da continuidade de funcionamento nos moldes atuais da gráfica da Fundacentro.

**Página 13**

Temas deliberados na 143ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

**Página 15**

Contratação de artistas estrangeiros no País é discutida na VII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

**Página 17**

Reunião Ordinária do Conselho Empresarial Brasil-Argentina busca aprimorar o diálogo entre os países, estreitando os laços no que tange ao Acordo de Bitributação e à instalação das câmaras de comércio bilaterais.

**Página 20**

Aprovadas as propostas apresentadas pela bancada empresarial para correções na NR-20 (Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis).

**Página 22**

Subtemas são apresentados na Câmara Temática de Qualificação Profissional do Conselho Nacional de Turismo (CNT).

**Página 27**

Três representantes do Sistema CNC-Sesc-Senac são escolhidos para coordenar as três câmaras de turismo do CNT.

**Página 29**

### Órgão

Ministério da Cultura (MinC)

### Representação

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)

### Representante



#### 2º Suplente

Gilberto Rodrigues Figueiredo

*Assessor Técnico em Música*

*Sesc-DN*

(Compareceu)

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada nos dias 13 e 14 de setembro de 2017

A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) é formada pelas bancadas de Música, Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Patrimônio, Humanidades, e a bancada do empresariado, que analisa projetos de Artes Integradas e Planos Anuais, cada uma delas formada por três representantes da sociedade civil que exercem os papéis de titular, e 1º e 2º suplentes. Também integram a CNIC as seguintes instituições vinculadas ao Ministério da Cultura (MinC): Fundação Nacional de Artes (Funarte), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Cultural Palmares, Fundação Casa de Rui Barbosa e Secretaria do Audiovisual.

A principal atribuição da Comissão é analisar projetos que aspiram à chancela da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), que chegam à CNIC após análise realizada pelas instituições vinculadas ao MinC. Também é sua atribuição, através de debates e proposições, contribuir para o aprimoramento da legislação que baliza o fomento à produção cultural no País.

Devido às mudanças ocorridas no trâmite de encaminhamento de projetos a partir da publicação da nova Instrução Normativa que regula a apresentação das propostas, a análise da CNIC ocorre após o projeto iniciar a captação. A primeira análise feita pela Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic), que avalia a qualificação do proponente com relação à sua documentação, bem como a adequação da proposta às finalidades da lei, já pode autorizar o proponente a buscar patrocínio. Apenas após a comprovação do patrocínio, através de contrato com patrocinador, de aprovação em edital ou de comprovação de depósito de 10% na conta do projeto, este segue para análise da instituição vinculada e, posteriormente, da CNIC.

Com essa mudança no trâmite, o volume de análise sofreu uma queda acentuada, especialmente neste momento de adaptação dos proponentes às novas regras e ao novo sistema Salic, que é a plataforma em que são inseridas as informações a serem analisadas. Mas daqui para adiante o volume permanecerá bem menor devido ao fato de no novo modelo só chegar à CNIC projetos que obtêm êxito na

captação, que representam historicamente menos de 30% do total de projetos apresentados.

Nesta 261<sup>a</sup> Reunião, excepcionalmente com duração de apenas dois dias, continuamos dedicando parte do tempo para análise de projetos e parte para treinamento com vistas ao uso do novo sistema Salic e da aplicação das novas regras para análise. O baixo volume de projetos que chegaram à CNIC nos permitiu o aprofundamento nesse treinamento.

As deliberações são pautadas nas finalidades e nos objetivos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, na Instrução Normativa 1/2017 do MinC e em outros documentos relacionados ao tema. Cabe à bancada do empresariado analisar projetos com planos anuais e outros que se caracterizam pela abordagem de mais de uma linguagem artística - Artes Integradas - ou que tratam da conjunção de ações artísticas e educativas, formatos que não se enquadram nas bancadas que lidam com conteúdos específicos, como no caso de Artes Visuais, Audiovisual, Artes Cênicas, Música, Humanidades e Patrimônio.

Sob a responsabilidade de nossa representação, foram analisados seis projetos, todos adequados à nova Instrução Normativa. Na ausência de projetos de alta complexidade e/ou alto custo, sobre os quais não cabe aplicar deliberação monocrática, não foi encaminhado nenhum projeto à Plenária.

## ■ MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

---

### Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

### Representação

Comitê Acesso a Mercados do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP)

### Representantes

---



#### Titular

Arno Gleisner

*Coordenador do Conselho de Comércio Exterior da Fecomércio/RS*

**(Compareceu)**



#### 1º Suplente

Rui Lemes

*Diretor da Câmara de Relações Internacionais da Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio-PR)*



#### 2º Suplente

José da Silva

*Assessor*

*Assessoria de Gestão das Representações da CNC*

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 4 de outubro de 2017

A 2ª Plenária/2017 do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP) e o evento em comemoração ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa foram realizados em 4 de outubro de 2017.

O evento comemorativo focou na comprovada importância econômica e social das PMEs, nos novos recursos de estímulo ao pequeno e médio empreendedor, além das manifestações de cunho político. Os recursos estão no acesso à informação, no crédito e na capacitação, exemplificados pelo Portal do Empreendedor, pela Semana do Crédito e pelo Progredir.

A Plenária, com apresentações do secretário e dos coordenadores dos comitês privados, inclusive o de Investimentos, Crédito e Financiamento, coordenado pelo representante da CNC, Antonio Everton, mostrou a base favorável da legislação brasileira, a fragmentação do setor que dificulta seu acesso, as propostas e os produtos de cada comitê, e a necessidade de atuar junto ao Congresso Nacional em questões tributárias e trabalhistas. Foi mencionado o acordo em elaboração do Senac com as entidades componentes do Fórum.

O vice-presidente da CNC e presidente da Fecomércio-DF, Aldemir Santana, esteve presente na cerimônia em comemoração ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa e na 2ª Plenária do FPMEPP no período da tarde.



## **MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

---

### **Órgão**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

### **Representação**

Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

### **Representantes**

---



#### **Titular**

Adelmir Araújo Santana

*Vice-Presidente da CNC*

**(Compareceu)**

---



#### **Suplente**

Antonio Everton Chaves Junior

*Economista*

*Divisão Econômica da CNC*

**(Compareceu)**

---

### **Ações**

#### **Reunião Ordinária realizada no dia 4 de outubro de 2017**

No Palácio do Planalto, na Praça dos Três Poderes, no período da manhã movimentou-se para celebrar, com um dia de antecedência, o Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa. Para isso, realizou, no Salão Oeste, para um público estimado em mais de 420 pessoas, cerimônia para comemorar esse dia tão particular para o empresariado de menor porte.

De tarde, os trabalhos continuaram com a 2ª Plenária do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP), dessa vez no Anexo I do Palácio do Planalto. Na plateia, a CNC fez-se representar pelo presidente da Fecomércio-DF, Adelmir Santana.

Após contextualização dos realizados pelo Fórum Permanente, todos os coordenadores da iniciativa privada dos comitês temáticos foram convidados para sentar-se à mesa com o secretário José Ricardo da Veiga, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

Assim, a CNC, que coordena o Comitê Temático (CT) Investimento, Financiamento e Crédito, dividiu o espaço da solenidade junto com as entidades que coordenam os outros quatro CTs: Tecnologia; Acesso a Mercados; Racionalização Legal e Burocrática; e Capacitação.

Todos fizeram uso da palavra, aproveitando a ocasião para citar algumas ações, apresentar impressões e de maneira salutar expressar expectativas com relação aos próximos trabalhos do Fórum.

Depois das participações, o secretário executivo Nizar fez um balanço dos trabalhos dos CTs.

Em seguida, foi a vez de José Ricardo realizar uma apresentação, trazendo um completo raio X do que os CTs e os grupos de trabalho vêm realizando.

José Ricardo lembrou-se da presença do deputado Otávio Leite na reunião do CT Investimento, Financiamento e Crédito. Na prestação de contas, trouxe um panorama dos trabalhos, como sendo 81 entidades credenciadas, e 34 reuniões já ocorridas.

O CT coordenado pela CNC foi o que mais reuniões realizou, 47, de sorte que também foi o que mais ações trouxe. Para destacar nossos trabalhos, tivemos 12 ações na área de dados e informações; 16 na área de regulação e melhores práticas; e 25 no que toca ao capital empreendedor, de giro, recuperação de crédito e investimentos.

Salientando que saiu do CT Investimento, Financiamento e Crédito o projeto que virou ação: o Seminário Nacional de Renegociação das Dívidas das MPEs. Para que a ação se concretizasse, os bancos colocaram à disposição aproximadamente R\$ 8 bilhões para que as MPEs pudessem revisar sua situação junto aos bancos e assim conseguissem renegociar débitos junto aos bancos, públicos e privados.

## ■ RELAÇÕES DO TRABALHO

---

### Órgão

Ministério do Trabalho

### Representação

Conselho Curador da Fundacentro

### Representante

---



#### Titular

José Carlos Canesin

*Diretor da Federação do Comércio do Estado de São Paulo*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### Reunião realizada no dia 25 de setembro de 2017

Início: Leonice Alves da Paz, presidenta da Fundacentro, cumprimenta e agradece a presença de todos os conselheiros, e observa que a pauta de hoje terá um único assunto: a gráfica da Fundacentro. Comenta que o problema já começa na documentação: não tem Licença de Funcionamento e nunca terá, pois no local não é permitida uma atividade desse tipo. E, ainda no CNAE, essa atividade não está corretamente assinalada. Leonice solicita a opinião dos conselheiros.

Parecer dos conselheiros: cada conselheiro aborda o assunto embasado nos anexos da Fundacentro que foram elaborados com o objetivo de mostrar a amplitude dos problemas da gráfica, assim resumidos:

a) Considerações legais: impossibilidade de se obter a Licença de Funcionamento no local atual, a Lei de Zoneamento não permite. Impossibilidade de se apelar para o direito adquirido, pois nunca houve um processo de regularização. Impossibilidade de se solicitar um Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, dada a inexistência de Licença de Funcionamento. Risco de processo civil, e até mesmo penal, por violações de natureza ambiental e urbanística.

b) Considerações sobre instalações: necessidade de reformas no imóvel, com o intuito de adequá-lo para uso com segurança ao meio ambiente, ao patrimônio e aos trabalhadores.

c) Considerações operacionais: há falta de pessoal especializado para essa atividade; há falta de matéria-prima; há falta de maquinário moderno, o atual tem idade que varia de cinco a 45 anos, notadamente, as duas únicas impressoras, uma de 10 anos e outra de 38 anos; só há possibilidade de impressão monocromática.

d) Considerações sobre mudança de local: haveria custos de projeto, de reformas, de aquisição de maquinário moderno, simultaneamente a um longo e burocrático processo de desfazimento de bens.

e) Considerações financeiras: item mais destacado pelo representante da CNC ao considerar elevadas discrepâncias nas comparações da gráfica da Fundacentro com modelos externos de gráficas, a saber:

Altos custos na capacidade instalada referente à Fundacentro, que consomem em torno de 94% do custo total, restando 6% para a matéria-prima. Em modelos externos, essa equivalência absorve 30% para a capacidade instalada e 70% para a matéria-prima.

A gráfica consome valores em média 6,65 vezes maiores do que aqueles que seriam consumidos caso os serviços fossem contratados externamente.

Diminuição da produção com o advento dos meios eletrônicos.

#### Finalização

Houve consenso da inviabilidade da continuidade de funcionamento da gráfica nos moldes atuais. Procurar-se-á um procedimento de desativação, sem que prejudique certas necessidades urgentes de produção em papel, enquanto se transfere paulatinamente essa atividade para terceiros. A presidenta Leonice agradece a presença de todos e confirma uma próxima reunião para 31/10/2017.

## ■ RELAÇÕES DO TRABALHO

---

### Órgão

Ministério do Trabalho

### Representação

Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat)

### Representantes

---



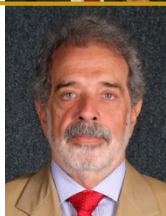
#### Titular

Darci Piana

*Vice-Presidente Administrativo da CNC*

(Compareceu)

---



#### Suplente

Roberto Nogueira Ferreira

*Consultor da Presidência da CNC*

(Compareceu)

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 30 de agosto de 2017

Foi realizada a 143ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) das 14h30 às 17h30, no Ministério do Trabalho e da pauta constou os seguintes itens:

1. Assinatura do Termo de Registro de Mandato de Representação do presidente e do vice-presidente do Codefat e dos conselheiros.
2. A seguir, aprovou-se a Ata da 142ª Reunião.
3. Aprovação da Proposta de Resolução que altera o Regimento Interno do Codefat, para adequação às modificações introduzidas pelo Decreto nº 9.116, de 4 de agosto de 2017.
4. Apresentações feitas durante a reunião:
  - 4.1 Tema: Aplicação das disponibilidades financeiras do FAT no Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo, BB-Extramercado, pelo Banco do Brasil/BB-DTVM;
  - 4.2 Tema: Resultado do *workshop* internacional: Os serviços públicos de emprego e os empregadores, organizado pelo BID, em Lima, no Peru, nos dias 23 e 24 de maio de 2017, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
  - 4.3 Estudo sobre Intermediação Privada de Força de Trabalho no Brasil, elaborado em parceria MTb/Dieese, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).
5. Foram entregues aos conselheiros os seguintes documentos:
  - 5.1 Boletim de Informações Financeiras do FAT - 3º Bimestre/2017;

- 5.2 Periódico *Informe Proger* - dados até junho de 2017;
- 5.3 Informativo da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)/MTb sobre a situação das prestações de contas de convênios com recursos do FAT;
- 5.4 Boletim da Secretaria Executiva do Codefat sobre o comportamento do mercado de trabalho e o andamento das ações custeadas com recursos do FAT;
- 5.5 Relatório de Execução da PDE - REL-PDE; e
- 5.6 Boletim de Políticas Públicas de Emprego e Renda.

## ■ RELAÇÕES DO TRABALHO

---

### Órgão

Ministério do Trabalho

### Representação

Conselho Nacional de Imigração (CNIg)

### Representantes

---



#### Titular

Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto  
*Chefe de Assessoria junto ao Poder Executivo da CNC*

(Compareceu)

---



#### Suplente

Roberto Luis Lopes Nogueira  
*Advogado da Divisão Sindical da CNC*

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 12 de setembro de 2017

A VII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) de 2017 foi presidida pelo presidente do CNIg, Hugo Gallo, que procedeu com a aprovação da agenda provisória e da ata da V Reunião Ordinária do CNIg de 2017, devidamente deliberadas pelos conselheiros.

Posterior à abertura, o presidente do CNIg seguiu para os relatos dos Grupos de Trabalho (GTs).

Organização do Fórum de Participação Social (FPS)

O presidente do CNIg comunicou que está no aguardo do relatório que está sendo examinado pela Assessoria Internacional do Ministério do Trabalho (MTb) no que tange ao Eixo 4 – Integração sociolaboral e ao Eixo 5 – Recepção e informação ao trabalhador e à trabalhadora migrante".

Conforme mencionado em relatórios anteriores, à medida que se concluir cada Eixo, este será encaminhado aos participantes do Fórum de Participação Social (FPS), com a finalidade de mantê-los informados.

Regulamentação da nova Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017

O GT do MTb, composto por conselheiros do CNIg, está regulamentando a consolidação dos vistos de trabalho e visita.

Dentro do visto de trabalho, a representante da CNC, por meio de sua conselheira, fez uma intervenção direta, por solicitação do presidente do Sindicato Nacional de Empresas de Agenciamento e de Produções de Eventos Artísticos, Musicais e Similares (Sinaprem), Claudionor Costa, que em seu entendimento no tocante à Lei 13.445/2017 (Nova Lei de Migração), no item IV (atividades artísticas ou desportivas) do artigo 13 ("O visto de visita poderá ser concedido ao visitante que venha ao Brasil para estada de curta duração, sem intenção de estabelecer residência, nos seguintes casos: (...) § 2º O beneficiário

de visto de visita poderá receber pagamento do governo, de empregador brasileiro ou de entidade privada a título de diária, ajuda de custo, cachê, pró-labore ou outras despesas com a viagem, bem como concorrer a prêmios, inclusive em dinheiro, em competições desportivas ou em concursos artísticos ou culturais"), considera imperiosa uma clara definição sobre o que é efetivamente "atividade remunerada", quando da realização de espetáculos artístico-culturais que requerem a contratação de mão de obra estrangeira, e, ante ao exposto, requereu que fosse prorrogada a análise do tema, referente ao Regulamento da Lei de Migração, de modo que as partes diretamente interessadas (empresas contratantes e entidades laborais) pudessem apresentar suas sugestões.

Portanto, a representante da CNC decidiu por reunir-se com o MTb e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), juntamente com o grupo que representa a atividade artística no Brasil – Maria Pia Finocchio, presidente do Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado de São Paulo e membro da União Geral dos Trabalhadores (UGT), e Livia Parente e Jorge Coutinho, representantes do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos do Estado do Rio de Janeiro –, a fim de buscar uma solução que contemplasse o segmento de contratação de artistas estrangeiros no País. Resultou-se por acrescer o seguinte parágrafo:

"§ 2º-C A emissão do visto de visita previsto no *caput* do presente artigo não dispensa o seu portador da obtenção de autorização e registro junto ao Ministério do Trabalho para realização de atividades artísticas."

Proposta da CNC, acatada pelo MTb e pelo MRE.

Após os relatos, passou-se para Assuntos Diversos:

Situação dos indígenas da etnia warao na região Norte

Está sendo aguardado um ato para regularizar a situação desses indígenas, juridicamente, e, até o presente momento, não foi deferido que órgãos irão participar na edição do mesmo.

Apresentação dos dados estatísticos do 2º trimestre de 2017

Não houve a apresentação.

Auditoria realizada em caso de trabalhadores filipinos traficados para o Brasil

A auditora fiscal do Trabalho, Livia dos Santos Ferreira, relatou sobre a auditoria realizada no caso de trabalhadores filipinos que vêm ao Brasil intermediados por agências (*coyotes*).

Comunicou a auditora que o MTb contabiliza atualmente cerca de 200 filipinas vindas para o Brasil para exercer inicialmente a atividade doméstica, e posteriormente para trabalhar no setor hoteleiro (hotéis de periferia), e que acabam por exercer trabalho escravo, sem contrato de trabalho, com jornadas de 13 a 16 horas por dia, sem descanso e sem nenhuma regra trabalhista.

Foi externado também que o Ministério Público Federal, juntamente com a fiscalização do MTb, tomou conhecimento dessa entrada de trabalhadoras filipinas que vêm ao Brasil com a finalidade de serem escravizadas após uma denúncia da Missão Paz.

Por último, Livia dos Santos Ferreira solicitou ao Conselho que pense em alguma modificação na Resolução Normativa nº 104, de 16/05/2013, que "Disciplina os procedimentos para autorização de trabalho a estrangeiros, bem como dá outras providências", sugerindo que se retire a palavra "procurador" no art. 1º: "A pessoa jurídica ou física interessada na vinda de trabalhador estrangeiro, em



caráter permanente ou temporário, deverá solicitar autorização de trabalho junto à Coordenação-Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego, mediante a apresentação de requerimento, conforme 'Formulário de Requerimento de Autorização de Trabalho' em anexo, assinado e encaminhado por seu representante legal, ou PROCURADOR, instruído com os seguintes documentos, ou seus equivalentes, quando cabível", pois entende a auditora fiscal que o termo supracitado facilita a atuação das agências intermediadoras e "coyotes".

Após sua fala, o presidente do CNIg, Hugo Gallo, decidiu por criar um GT para analisar o assunto.

#### Processos relatados

Foram deferidos e aprovados pelo CNIg os processos nº 46094.000167/2017-26 e nº 46094.000032.2017-61, a cargo da conselheira representante da CNC.

Apresentação do perfil sociodemográfico e laboral dos imigrantes venezuelanos

Foi realizada uma pesquisa promovida pelo CNIg com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). O desenho metodológico da investigação foi realizado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e a execução ficou por conta da Cátedra Sérgio Vieira de Melo da Universidade Federal de Roraima (CSVM/UFRR).

O objetivo é analisar o perfil sociodemográfico e laboral dos imigrantes venezuelanos para subsidiar a formulação e a implementação de políticas migratórias específicas em conformidade com as necessidades da imigração venezuelana no Brasil.

A metodologia foi concebida a partir de dois estudos:

- 1) Levantamento estatístico de caráter quantitativo, cujo desenho amostral foi baseado em amostragem probabilística estratificada para estimar proporções. Tendo sido construídos estratos por sexo e grupos de idade, com grau de confiança de 95%, margem de erro de 2,5%, e variância de 11%, resultando num tamanho de amostra de 650 entrevistas aplicadas à população não indígena, com 18 anos ou mais de idade, residente em 33 bairros do município de Boa Vista.
- 2) Estudo etnográfico com famílias e líderes aydamos dos warao nas cidades de Boa Vista e Pacaraima.

## ■ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

### Órgão

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

### Representação

Conselho Empresarial Brasil-Argentina (Cembrar)

### Representantes

---



#### Titular

Rubens Torres Medrano

*Vice-Presidente da Fecomércio-SP e Coordenador da Câmara Brasileira do Comércio Exterior*

**(Compareceu)**

---



#### Suplente

Izis Janote Ferreira

*Economista - Divisão Econômica da CNC*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 15 de setembro de 2017

Cembrar - Reunião de *Briefing*

Presentes os ministros Marcos Pereira (MDIC - Brasil) e Francisco Cabrera (Ministério da Produção - Argentina).

Carlos Eduardo Abijaodi - CNI: Abriu os trabalhos mencionando que, como as outras comissões bilaterais (Cebeu - Comissão Empresarial Brics), esta comissão bilateral tinha a missão de manter o diálogo/cooperação entre Brasil e Argentina.

Carlos Magariños - Embaixador da Argentina no Brasil: Mencionou a importância do recém-concluído acordo de bitributação entre Brasil e Argentina, firmado em julho pelos dois países. Além disso, comentou sobre o progresso na instalação das câmaras de comércio bilaterais Brasil e Argentina.

Ricardo Lima - Presidente do Cembrar: Considerou de grande importância para os investimentos privados o protocolo sobre facilitação de comércio e investimentos, firmado entre os dois governos para ampliar os estoques de investimentos na região. A perda de competitividade dos países deverá ser revertida com a definição de uma agenda bilateral de trabalho, liderada pelo Cembrar.

Projeto Certificado de Origem Digital (COD) - Uma das iniciativas de facilitação de comércio, traz agilidade aos operadores do comércio exterior, incluindo as aduanas. Até maio de 2017, o COD cobriu operações que somaram cerca de US\$ 20 milhões. Espera-se que até o fim de 2018 todas as trocas com a Argentina sejam feitas através do COD.

Operador econômico autorizado - Deve ser acelerado o processo de credenciamento das empresas dos dois países.

A concretização da assinatura do acordo político Estados Unidos/Mercosul, como se espera até o final de 2017, deverá ser o primeiro grande acordo extrarregional de participação dos dois países. O acordo deverá impor maior eficiência às duas economias, com a eliminação/redução de processos burocráticos.

Abrão Neto - MDIC: O ano de 2017 é o primeiro, desde 2011, em que teremos aumento do volume de comércio com a Argentina. Tem aumentado o número de empresas brasileiras operando, tanto na importação como na exportação à Argentina.

O maior dinamismo deve-se ao trabalho da Comissão Bilateral Brasil-Argentina, criada em agosto de 2016, formada por diversos órgãos e ministérios brasileiros e argentinos. A comissão já se reuniu cinco vezes desde então, em que foram tratados temas como redução de barreiras não tarifárias, defesa comercial, equalização de requisitos técnicos no comércio, acesso a mercados, facilitação de comércio, serviços e investimentos, PMEs, *startups* e a inovação, ATA Carnet - admissão temporária de bens.

Os setores automotivos e agropecuário, historicamente sensíveis aos dois mercados, evoluíram bastante nas iniciativas de facilitação do comércio, em especial na eliminação de licenças de importação.

Brasil e Argentina têm conversando com os países da Aliança do Pacífico no sentido de implementarem o acordo de facilitação de comércio da OMC, assinado em Bali, ainda em 2013.

Assuntos regulatórios - Foram definidas as regras para o mercado de produtos cítricos e equipamentos elétricos de baixa tensão.

Defesa comercial - Entrosamento entre as entidades investigadoras no sentido de um melhor entendimento nos quesitos técnicos.

Protocolo de compras públicas do Mercosul - Esperam concluir o trabalho ainda em setembro.

Miguel Braun – Argentina - UIA: O Mercosul precisa se modernizar, com o avanço da tecnologia, novos modelos de produção e perfil de mão de obra. A inserção do bloco no cenário mundial, para com isso aumentar as exportações, perpassa pela assinatura do acordo Estados Unidos/Mercosul.

Alguns setores se pronunciaram: Abipeças - acordo para serviços e tecnologia é fundamental; Abia - acordo de rotulagem de alimentos; Única - açúcar, um dos segmentos regulados mais sensíveis, não consta oferta nova no texto do acordo com a União Europeia - acelerar negociações.

---

## Órgão

Ministério do Trabalho

## Representação

Comissão Nacional Tripartite Temática da NR-20 (CNTT NR-20)

## Representantes

---



**Bernadeth Macedo Vieira**

*Engenheira de Segurança do Trabalho*

*Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad)*

**(Compareceu)**



**Assessor Técnico**

**Antônio Gonçalves Roxo**

*Engenheiro Químico*

---

## Ações

### **Reunião Ordinária realizada no período de 16 a 18 de agosto de 2017**

#### 1 - Enquadramento da Transpetro na NR-20

O representante da Transpetro havia ficado de elaborar levantamento das quantidades armazenadas de líquidos e gases inflamáveis para apresentação e discussão na próxima reunião, bem como de apresentar uma proposta de solução para a questão do enquadramento.

Cleber Macedo, da Transpetro, apresentou abordagem técnica sobre a classificação adotada no texto em vigor da NR-20, concluindo que, tecnicamente, a empresa entende que a manutenção do texto atual é o mais adequado, visando manter a coerência com a abordagem adotada na elaboração original da norma. A bancada dos trabalhadores, após considerações, apresentou proposta de inclusão do item 20.4.1.3, com o texto: "Quando a instalação estiver enquadrada quanto à sua atividade e na capacidade de armazenamento em classes distintas, deve-se utilizar a classe de maior gradação."

A bancada dos empregadores irá apresentar, na primeira reunião da CNTT NR-20 de 2018, um estudo da relação entre volume armazenado e risco como subsídio para esclarecimentos que justifiquem a alteração ou não da classificação desse tipo de instalação.

#### 2 - Debates sobre proposta de texto para o tema "Instalações com gases inflamáveis, que apenas consomem por meio de tubulações, não possuindo armazenamento", e não enquadradas na Tabela 1 da NR-20.

A representante da bancada do governo ficou de trazer uma minuta do texto regulatório a partir dos parâmetros da proposta apresentada pelo pessoal das

distribuidoras na reunião passada, com a alteração para o parâmetro acordado nesta data: a pressão.

Roque Puiatti apresentou considerações e alterações da proposta apresentada pela bancada dos empregadores na última reunião, a qual será encaminhada para apreciação das bancadas dos trabalhadores e empregadores para discussão e elaboração do texto final na próxima reunião.

3 - Em virtude das considerações apresentadas por Roque Puiatti sobre a reavaliação do limite inferior de 1 t para gás inflamável do Anexo I, foi sugerido que seja feito um contato com o Sindigás para discutir sobre o parâmetro adotado nesse anexo.

Bernadeth Macedo ficou responsável por fazer contato com Adriano Loureiro para trazer considerações técnicas relativas ao valor adotado.

Não foi possível o comparecimento de Adriano Loureiro à reunião por motivo de saúde.

Carla Paes informou que Roque Puiatti retirou essa ação por julgar não ser mais necessária essa discussão neste momento.

4 - Decisão sobre proposta do Subgrupo de Gás Natural com relação à definição de valores de corte para os tipos A e B de unidades consumidoras

Havia sido solicitado a Rodrigo Gris fazer contato com outras companhias distribuidoras de gás para apresentar, na próxima reunião, critérios de pressão utilizados na proposta já apresentada. Hélio da Cunha, da ANP, ficou de fazer a apresentação sobre os critérios técnicos regulatórios e o levantamento de informações sobre o assunto.

Hélio da Cunha apresentou critérios técnicos regulatórios sobre o assunto, e representantes da Abegás apresentaram esclarecimentos técnicos sobre a proposta que havia sido apresentada na 16ª Reunião da CNTT NR-20.

Após a discussão sobre as apresentações técnicas e propostas apresentadas, foi acordado o seguinte:

Será incluído na Classe I o subitem a.2 - Atividades de distribuição canalizada de gases inflamáveis em instalações com Pressão Máxima de Trabalho Admissível (PMTA) limitada a 18,0 kgf/cm<sup>2</sup>.

Será incluído na Classe II o item a.3 - Atividades de distribuição canalizada de gases inflamáveis em instalações com Pressão Máxima de Trabalho Admissível (PMTA) acima de 18,0 kgf/cm<sup>2</sup>.

5 - Debates sobre sugestões de correções e refinamentos para o Perguntas & Respostas (P&R) da NR-20

5.1 - Ampliação do conceito de "Proficiência"

Carla Paes havia apresentado proposta de texto, que foi encaminhada para apreciação da Comissão e discussão na reunião de 17 e 18/08.

A bancada empresarial apresentou a seguinte proposta: "No processo de seleção dos instrutores, é importante avaliar o currículo do profissional a partir do conteúdo programático que ele ministrará. O conhecimento teórico e a consequente habilitação, capacitação e competência podem ser comprovados através de diplomas e certificados do profissional, e sua experiência pode ser

avaliada pelo tempo em que atua na área e pelos serviços prestados, conforme é definida a proficiência no Glossário da NR-20."

A proposta foi aprovada.

5.2 - Esclarecimento da expressão "contato direto", substituindo-o por "interação"

Carla Paes havia apresentado conceitos de "contato direto" e de "interação". Encaminhou a proposta de texto, a qual foi apreciada pelas outras bancadas.

A bancada empresarial propôs manter o texto original dos itens 20.11.3 e 20.11.9, esclarecendo no P&R da NR-20 que a expressão "contato direto" deve ser entendida como a "interação por meio de intervenção no processo ou contato físico direto com o líquido combustível ou inflamável".

A proposta foi aprovada.

6 - Sugestões da bancada dos trabalhadores

Os representantes da bancada dos trabalhadores falaram sobre sugestões de alteração em alguns itens da Norma, a saber:

Item 20.4.1.3 - Quando a empresa estiver enquadrada quanto a sua capacidade de armazenamento e sua atividade em classes distintas, deve ser utilizada a classe de maior gradação.

Proposta de rearranjo do texto desde o item 20.4.1.1. até o 20.4.1.3.

Item 20.11.20 - O empregador deverá utilizar 30% do tempo, no mínimo, para o conteúdo programático prático dos cursos de capacitação Básico, Intermediário e Avançado I e II.

Item 20.14.7 - Complementar com: A relação dos trabalhadores da equipe de resposta à emergência deve ser divulgada anualmente à representação sindical e à Cipa.

A bancada dos trabalhadores havia ficado de consubstanciar essas propostas para serem discutidas na reunião de agosto.

Essa discussão foi transferida para a reunião de novembro.

A bancada dos trabalhadores irá apresentar, também na reunião de novembro, proposta de texto para esclarecimento, no P&R, sobre o voluntariado dos membros da Brigada de Emergência.

Itamar Sanches informou que a bancada dos trabalhadores irá enviar outras novas propostas para apreciação das bancadas antes da reunião de novembro. A bancada dos empregadores solicitou o envio desse material até o final de outubro.

7 - Cursos e eventos relacionados à NR-20

Eventos em Brasília - Fundacentro: 11 a 13/09 - Proteção Respiratória, e 14 e 15/09 - Segurança Química.

São Paulo - Fundacentro: 16 a 20/10 - Semana da Segurança Química.

8 - Outros Assuntos

8.1 - Quanto ao item 20.17 da NR-20

Isabela Ferreira (Vivo) e Luis Thiago Moledo (Claro), representantes do setor de telecomunicações, ficaram de apresentar, na reunião de agosto, sugestões com as

respectivas fundamentações técnicas e justificativas, valendo-se também do material desenvolvido anteriormente por Pedro Paulo (Oi).

Thiago Moledo apresentou proposta de adequação do item 20.17 - Tanque de líquidos inflamáveis no interior de edifícios - nos seguintes pontos:

Adoção de tanques com volume de no máximo cinco mil litros por tanque, respeitando o limite máximo de 10 mil litros no recinto;

Excetuar da alínea "c", do subitem 20.17.2, os tanques acoplados à estrutura do motor gerador;

Inclusão, na alínea "j" do subitem 20.17.2, do tempo de suporte mínimo em uma situação de incêndio originado nos recintos internos;

Incluir, no Glossário, esclarecimento referente à tanque de consumo no conceito de armazenamento, e as definições de recinto, tanque acoplado e tanque de consumo.

A proposta apresentada será encaminhada para apreciação das bancadas e discussão na próxima reunião, que será realizada nos dias 23 e 24/11 em Brasília.

## 8.2 - Quanto ao conceito do termo "processo contínuo de produção"

Com a finalidade de excetuar o setor sucroalcooleiro, havia sido debatida a sugestão de complementação da conceituação do termo no Glossário através da proposta do governo - complementação encaminhada por Roque Puiatti:

“Processo contínuo de produção - sistema de produção que opera ininterruptamente durante as 24 horas do dia, por meio do trabalho em turnos de revezamento.”

Complementação:

“... isto é, a instalação tem continuidade operacional durante todo o ano, em seus 365 dias. A paralisação da continuidade operacional somente ocorre após vários anos de operação, em curto período, para parada de manutenção.”

Proposta de acrescentar ao final do texto: "ou emergências".

A bancada empresarial propôs a inclusão do seguinte complemento no Glossário da NR-20: “Processo contínuo de produção - sistema de produção que opera ininterruptamente durante as 24 horas do dia, por meio do trabalho em turnos de revezamento, isto é, onde a unidade de produção tem continuidade operacional durante todo o ano. Paradas na unidade de produção para manutenção ou emergência não caracterizam paralisação da continuidade operacional.”

O texto foi aprovado para complementação do Glossário da NR-20 e inclusão no P&R do esclarecimento de que o setor sucroenergético não se enquadra em processo contínuo de produção. A bancada dos empregadores irá elaborar o texto para o P&R e apresentar na próxima reunião.

Clóvis Queiroz e Luiz Henrique/Raizen apresentarão na reunião de novembro:

Texto sugerindo o não enquadramento do setor sucroenergético na definição de processo contínuo de produção;

Esboço de critério de dimensionamento para o setor (com a ressalva de que está ciente de que os dados são referentes à coleta de uma única empresa de São Paulo).

Na reunião de novembro, Antônio Roxo fará apresentação sobre Postos Revendedores de Combustíveis (PRCs) - Recuperação de Vapores.

### 8.3 - Controle Coletivo de Exposição através do Sistema de Recuperação de Vapores - Estágios 1 e 2

Carlos Domingues apresentou aspectos técnicos sobre Controle Coletivo de Exposição através do Sistema de Recuperação de Vapores - Estágios 1 (descarregamento) e 2 (abastecimento de veículos), relacionados ao Anexo 2 da NR-9 – Exposição Ocupacional ao Benzeno em Postos Revendedores de Combustíveis.

Apresentou ainda considerações para os itens 20.12.1 e 20.12.2.1, utilizando o Estágio 1 do Sistema de Recuperação de Vapores no descarregamento de gasolina.

Apresentou proposta de inclusão no item 20.12.2.1 da obrigatoriedade da instalação de um sistema de recuperação dos vapores de gasolina nos PRCs - Estágio 1 e utilização de uma Unidade de Recuperação de Vapores (URV) ou através de um sistema de balanço de vapor.

A proposta será encaminhada para apreciação das bancadas e início das discussões na próxima reunião.

### 8.4 - Textos conclusos na 16ª Reunião Ordinária, juntamente com as deliberações acordadas na 17ª Reunião Ordinária, serão encaminhados para apreciação da CTPP:

- Acrescentar ao título do Curso de Integração o complemento "sobre Inflamáveis e Combustíveis", e incluir no P&R que o conteúdo desse curso pode estar incluído no Curso de Integração fornecido ao trabalhador logo após a admissão e antes do início das atividades.

- Incluir no P&R: O que significa a expressão "devem contemplar no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais", no Anexo I, da NR-20? R.: Significa que pode contemplar internamente no PPRA, ou ser na forma de um documento anexo ao PPRA, contendo o previsto nas alíneas "a" a "d", dos itens 1 e 2, do Anexo I.



### Órgão

Ministério do Turismo (MTur)

### Representação

Câmara Temática de Qualificação Profissional do CNT

### Representante



#### Titular

Ana Paula de Siqueira

*Assessora*

*Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da CNC*

**(Compareceu)**

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 3 de outubro de 2017

Foi realizada a 1ª Reunião da Câmara Temática de Turismo Responsável. O objetivo do colegiado é estabelecer diretrizes para formulação de políticas públicas nos temas que englobam o turismo responsável, são eles:

- Turismo social: segmentos de demandas priorizados - pessoas idosas, pessoas LGBTQTs, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, dentre outros.
- Sustentabilidade no turismo - buscar a manutenção dos recursos naturais para as gerações futuras.
- Turismo sustentável e infância - adoção de práticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do turismo.
- Produção associada ao turismo - desenvolvimento da produção associada ao turismo, com a intenção de beneficiar a comunidade local e gerar emprego e renda. Preservar a cultura local e o incentivo às manifestações artísticas regionais.

A referida câmara é composta de 11 entidades, contudo tem assento para 15. Seguem abaixo as entidades participantes:

1. Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade (ABCMI);
2. Associação Brasileira de Campismo (Abracamping);
3. Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo (Abresi);
4. Confederação Nacional de Municípios (CNM);
5. Confederação Nacional do Turismo (CNTur);
6. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh);
7. Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur);
8. Federação Nacional dos Guias de Turismo (Fenagtur);
9. Ministério do Meio Ambiente (MMA);
10. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP); e
11. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O coordenador-geral da Câmara Temática, Eraldo Alves da Cruz, secretário executivo do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da CNC, fez a abertura da reunião com a coordenadora técnica do Ministério do Turismo (MTur), Isabel Barnasque, na ocasião, o ministro interino, Alberto Alves, prestigiou a inauguração dos trabalhos e enfatizou a importância da criação do órgão para tratar da direção de políticas sobre diversos temas que se encontram dentro do macrotema turismo responsável.

Isabel fez uma apresentação acerca dos subtemas que compõem o turismo responsável, o primeiro a ser discutido será o turismo social. Barnasque esclareceu de forma breve que o turismo social estava na antiga Câmara Temática de Segmentação, coordenada pelo MTur, cuja definição, elaborada pelo antigo grupo de trabalho, é: “a forma de turismo para promover inclusão social de todos, proporcionando qualidade de vida e o exercício da cidadania para utilização de meios e bens de arranjo produtivo do turismo, com aproveitamento sustentável dos recursos naturais e culturais”.

O coordenador-geral, Eraldo Alves da Cruz, esclareceu a importância da união das entidades para propor diretrizes acerca do tema, acrescentou ainda: "Não basta apenas uma ação isolada do governo, deve ser fomentado pelo Estado e organizado por entidades da sociedade civil." Destacou que “falar de turismo social é tratar o assunto de uma forma responsável de fazer turismo, ao proporcionar experiências que tenham a educação como eixo e que sejam mais que idas e voltas de viajantes”.

O assessor da gerência de lazer do Sesc, Alberto Sobral, apresentou o histórico do turismo responsável e sua evolução, explicou também que o significado de turismo social não pode abandonar a visão clássica de acesso, ainda necessária. Mostrou a carência de políticas efetivas que definam e cobrem as responsabilidades dos atores do *trade*, com vistas à redução dos impactos negativos da atividade, além da falta de políticas que incentivem o turismo doméstico e democratizem o direito à viagem, distribuindo melhor o fluxo de viajantes em horizontes temporais e espaciais mais amplos.

Ademais, abordou os pontos necessários para avançar em busca de um equilíbrio aceitável entre o desenvolvimento do turismo e a qualidade de vida legitimamente esperada pelas populações locais, segue abaixo:

- Necessidade de integração da sociedade civil no processo de construção e regulação do turismo;
- Atenção à dimensão ética do turismo - admitir os problemas do turismo de massa;
- Responsabilidade de cada ator - engajamento das partes interessadas; e
- Avaliações dos impactos e criação de indicadores.

Ao final, elucidou a atuação do Sesc, reconhecido pioneiro na temática desde 1946 e conhecido como referência no País, segundo a Organização Internacional de Turismo Social (Oits).

A próxima reunião está prevista para o fim de novembro.

## TURISMO

---

### Órgão

Ministério do Turismo (MTur)

### Representação

Conselho Nacional de Turismo (CNT)

### Representantes

---



#### Titular

Antonio Oliveira Santos

*Presidente da CNC*



#### Suplente

Eraldo Alves da Cruz

*Secretário Executivo do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade  
(Cetur) da CNC*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 15 de setembro de 2017

Foi realizada a 49ª Reunião do CNT em Brasília e estiveram presentes as principais lideranças do setor.

Os principais assuntos em pauta foram:

Avanços conquistados com a reforma trabalhista, em especial o trabalho intermitente;

A regulamentação da lei da gorjeta;

O andamento das medidas do plano Brasil Mais Turismo; e

Ações de qualificação, fiscalização e eventos.

O ministro Marx Beltrão falou sobre as medidas do Brasil Mais Turismo, com destaque para as pautas em tramitação no Congresso Nacional: a modernização da Lei Geral do Turismo, a transformação da Embratur em serviço social autônomo e a abertura de 100% de capital estrangeiro das companhias aéreas.

O representante do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB) reforçou a necessidade de regulamentação das plataformas de economia compartilhada, como o Airbnb. O ministro reforçou que algumas demandas que não foram atendidas dentro da modernização da Lei Geral do Turismo serão analisadas individualmente. Outros temas abordados pelos conselheiros foram a necessidade de revisão da Lei Brasileira de Inclusão, o reforço do programa de regionalização do turismo, a qualificação profissional, apoio às demandas dos turismólogos, a necessidade de ampliação da fiscalização dos serviços turísticos e a ampliação da promoção.

Na ocasião, a maioria dos membros do CNT escolheu, entre os conselheiros, três representantes do segmento do comércio de bens, serviços e turismo para serem os coordenadores-gerais das câmaras temáticas do órgão, a eleição foi realizada durante a reunião.

De acordo com o presidente do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da CNC e da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (FNHRBS), Alexandre Sampaio, eleito coordenador da nova Câmara Temática do Plano Nacional de Turismo, a nova câmara reveste-se de uma ação de modernidade da atual conjuntura e passa necessariamente pela atualização da Lei Geral do Turismo e outros projetos de interesse do setor.

O secretário executivo do Cetur, Eraldo Cruz, foi eleito coordenador-geral para a Câmara de Turismo Responsável, e o assessor de Relações Institucionais do Senac Nacional, Antonio Henrique Borges de Paula, foi escolhido para a reativada Câmara Temática de Qualificação Profissional. Segundo o secretário executivo do Cetur, a CNC e as demais instituições do comércio de bens, serviços e turismo se empenharam para assumir a coordenação geral por entender que têm muita capacidade de contribuir para o desenvolvimento do turismo, citou ainda: "A escolha da CNC, da FNHRBS e do Senac é resultado da nossa experiência, reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e respeito por instituições reconhecidas em todo o País pelo seu trabalho em favor do setor."

Eraldo Cruz declarou que a Câmara Temática de Turismo Responsável convidará o Sesc Nacional para apoiar a condução dos trabalhos, explicou que a entidade já trabalha há muito tempo com responsabilidade social e pratica o turismo social e sustentável, além de ter corpo técnico e experiência para ajudar nas discussões e no desenvolvimento de ações.

Isabel Barnasque será a coordenadora técnica de Turismo Responsável do Ministério do Turismo (MTur). Os 15 membros a integrarem as câmaras serão definidos entre os componentes do Conselho.

O assessor de Relações Institucionais do Senac Nacional, Antonio Henrique Borges de Paula, citou que o Senac pode contribuir muito, pois a entidade desenvolve, ao longo dos 71 anos, um trabalho de referência em educação profissional para o turismo. Complementou: "O Senac é a maior instituição de educação profissional do Brasil e uma das maiores da América Latina e do mundo, tendo, em 2016, formado mais de dois milhões de novos talentos para o mercado."

Antonio Henrique enfatizou que o Senac, nessas sete décadas, tem feito um trabalho muito expressivo na cadeia produtiva do turismo com seus restaurantes-escola, barcos-escola e com as unidades de especialistas nessa área. "Os excelentes desempenhos em competições internacionais do qual participamos atestam a qualidade dos nossos cursos, comparados à das melhores escolas do mundo."

O ministro encerrou a reunião, agradeceu a presença das entidades-membros do CNT e se comprometeu a realizar um trabalho de sensibilização dos

parlamentares para que entendam a importância dos assuntos da pauta e pediu o apoio de todos no processo.